



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
CNPJ: 01.612.999/0001-92

LEI N° 455/2021
DISPÕE SOBRE AS
DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS

EXERCICIO
2022



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
CNPJ – 01.615.398/0001-33

ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRACUATEUA, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2021.

Aos vinte e cinco do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta minutos no Plenário Vereador João Osório do Rosário da Câmara Municipal de Tracuateua nesta Cidade de Tracuateua, Estado do Pará, teve início a 11ª Sessão Ordinária do 1º Período Legislativo do ano de 2021 da 7ª Legislatura da Câmara Municipal de Tracuateua, sob a Presidência Vereador Raian Vieira, cujo assumiu a presidência dessa casa de lei devido à ausência do presidente Francisco Emanuel Paiva, por questão de saúde. Secretariado pelos vereadores Raimundo Ennis e Wilson Paulino, o qual foi convidado pelo presidente em exercício para compor a mesa diretora como 2º secretário em exercício. Dando prosseguimento à sessão, convidou ao 2º secretário em exercício para fazer a chamada nominal dos senhores vereadores, que além da mesa diretora, estavam presentes: Aldrin Ferreira, Davi Gama, João Marcelo, José Adilson ausente, José Luís, Paula Melo. Os vereadores Francisco Emanuel e Talito justificaram as ausências. Feita a verificação do quórum regimental, o senhor presidente declarou aberta a presente sessão, convidando a vereadora Paula Melo para fazer a oração do dia. O Senhor Presidente convidou o 2º secretário em exercício para fazer a leitura do expediente constante na pauta. **OFÍCIO:** Nº148 do gabinete do prefeito municipal de Tracuateua com data do dia 18 de junho de 2021, respondendo os ofícios de nº199, nº202, nº203, nº206, nº 207, nº2010, nº2011, nº2014, nº115, nº218, nº219, dos quais encaminharam os requerimentos aprovados na 9ª sessão ordinária realizada no dia 11 de junho de 2021. O poder executivo informa que já encaminhou as solicitações para as devidas secretarias. **RELAÇÃO DE PARECERES:** pareceres das comissões e Legislação, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamentos, manifestando favoravelmente aprovação ao projeto de lei de nº 05/ 2021 e processo de nº05/ 2021 iniciativa do executivo o qual dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária anual de Tracuateua-PA, para o exercício financeiro de 2022. Pareceres das comissões de Legislação Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamentos, manifestando favoravelmente aprovação ao projeto de lei de nº 06/ 2021 em processo de nº 06/ 2021 iniciativa do executivo municipal o qual dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial do orçamento vigente e dá outras providências. **RELAÇÃO E REQUERIMENTOS:** requerimento de autoria do vereador Eninho de Tatu, solicitando a iluminação pública para a comunidade de Santa Clara. Em ato contínuo, o senhor presidente colocou em discussão em 1º turno o projeto de lei de nº 06 em processo de nº 06 de iniciativa do poder executivo municipal, que dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente e dá outras providências. Sem discussão, colocou em aprovação. O referido projeto foi aprovado em primeiro turno. O senhor presidente colocou em discussão em 2º turno o projeto de lei de nº 05 e processo de nº 05 de iniciativa do poder executivo municipal, o qual “dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária anual de Tracuateua, para o exercício financeiro de 2022”. Sem discussão, colocou em aprovação. Foi aprovado em 2º turno. Dando continuidade à sessão, o senhor presidente em exercício pôs o requerimento em discussão. Como não houve discussão, colocou em votação. O mesmo foi aprovado. O senhor presidente em exercício concedeu o espaço ao tenente coronel Mario André Gomes, comandante do 33º batalhão da Polícia Militar. O tenente Mario André saudou com seu bom dia a todos. Primeiramente agradeceu ao convite



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
CNPJ – 01.615.398/0001-33

da câmara municipal de Tracuateua. Mencionou a importância do debate para falarem a respeito da segurança pública do município de Tracuateua, com intuito de chamar os outros órgãos para realizar a discussão e formar o laboratório de ideias para verificar o que está acontecendo. Disse que costuma esclarecer que segurança pública e dever do estado, mas direito e obrigações de todos, uma vez que os cidadãos são responsáveis pela segurança pública e percebe que não precisa a polícia militar estar as ruas, exemplo: pode solicitar 20 viaturas e 100 homens, mas se a sociedade não tiver incluída na vontade de querer combater a criminalidade não vai adiantar de nada, porque tem que ter a prevenção. Infelizmente 80% das ocorrências envolvem crianças e adolescentes, muita das vezes por conta da droga pois para sustentar o vício o indivíduo acaba cometendo os furtos. Questionou sobre os menores de idade ficarem até tarde nas ruas. Essa criança acaba furtando motos, celulares, relógios, precisa que os jovens segurança pública trabalhem, infelizmente no final de tudo isso vão verificar que essas pessoas estão na rua cometendo ato fracionados e cometendo crime, e o mesmo precisa da ajuda dos poderes legislativo, executivo, judiciário. A polícia militar trabalha de forma extensiva e preventiva, para sermos preventivos aos furtos precisamos das informações o mesmo conta com o apoio dos vereadores e sociedade em geral para que passe essas informações para a polícia militar. A jurisdição do trigésimo terceiro batalhão começa de Manoel dos santos e termina em Anoirá. A partir dessas considerações iniciais, o tenente coronel apresentou informações do município contidas em um slide e projetadas a todos que se encontravam no plenário. Além disso, concedeu a palavra também ao representante da polícia civil do município, senhor Andrei Monteiro. Após a apresentação e demais esclarecimentos, o senhor presidente em exercício deixou franqueada a palavra aos vereadores e ao público que estavam acompanhando a sessão pela página da câmara. O Vereador Wilson Paulino agradeceu o Tenente Coronel Mario André e ao Representante da Policial Civil Andrei Monteiro e apresentou alguns questionamentos e esclarecimentos acerca da situação que se encontra o município. O senhor presidente concedeu a palavra para a Vereadora Paula Melo, que agradeceu ao comandante André que desde o primeiro contato o mesmo foi solícito e atendeu imediatamente ao convite para discutir e debater segurança pública, agradece também ao representante da Policia Civil Andrei Monteiro. O vereador Raimundo Ennis também manifestou e frisou que solicitou um requerimento para ser instalada um posto policial na comunidade da Flexeira, mas não foi atendido, o vereador queria saber qual possibilidade dessa instalação do posto policial, o coronel Mário André falou que está com 4 solicitações de PPD passa por o efetivo tem que trabalhar e pensar, na segurança e no conforto policial. O vereador Davi gama saudou com seu bom dia a todos, citou que 90% de drogas envolvidas ao meio dos assaltos principalmente estes pequenos furtos são geralmente ligados as droga, na comunidade de vila Fátima em uma praça estava escuras a uns dias a traz, Estava sendo propicio para o tráfico de drogas no ambiente, o mesmo fez uma pergunta ao comandante Coronel Mario André sobre a polícia fica disponível a noite toda para a população ou ela se retira ao certo horário ou só se for chamado via telefone? O coronel Mario André falou que o efetivo trabalha com 4 policiais em Tracuateua e 1 viatura, 4 policiais em vila Fátima, o vereador Davi gama fala que esteve com o governador do estado, e com o prefeito municipal de Tracuateua para fazer a reforma do prédio da polícia na comunidade de vila Fátima para oferecer justamente esse conforto para a população, sabemos que essa região também e muito grande assim como as regiões dos campos, a polícia atende vila dos neves, as colônias maiores e Anoirá será há parte mais longe da colônia vila socorro muitos problemas acontecem em todas essas comunidades são



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
CNPJ – 01.615.398/0001-33

estradas que tem acesso até a BR 316, o vereador agradeceu a presença do coronel Mario André pelo seu esclarecimento que dispõe palavras aos outros. Como nenhum outro vereador se pronunciou, leu uma pergunta de um internauta que está acompanhando pela página da câmara senhor Rafael Barbosa faz a seguinte pergunta para o comandante da polícia militar Mario André: que medidas preventivas são tomadas pela polícia militar no nosso município? O comandante Mario André fala que trabalham com informações, e policiamento extensivo e preventivo através de operações como: saturação, incursões, operação barreiras. O senhor Vereador presidente agradeceu a presença de todos fala que estão há disposição dos senhores naquilo que podem contribuir e colaborar em benefício para o município de Tracuateua-PA, para atender as demandas que podem estar ajustando juntos com o governo municipal na questão de infraestrutura no conforto que há polícia pode estar recebendo para que possa estar atuando em forma eficaz. O tenente Coronel Mario André agradece em nome da polícia Militar, presente ao tenente Pedro o comandante do PPB, agradece em nome da polícia civil a todos os vereadores e nas considerações finais propôs aos poderes legislativo e executivo fazer uma visita ao secretário de segurança pública ou ao delegado geral, elaborar uma pauta para convidar para audiência pública que a vereadora Paula melo propôs e fazer a solicitações prévia que tão logo tenha disponibilidade aos policiais que o município de Tracuateua seja agraciados, unidos junto com o grupo do executivo e legislativo conseguem mais. Como mais ninguém se manifestou, o senhor presidente concedeu a palavra aos senhores vereadores inscritos no livro de oradores. O vereador Davi Gama começou saudando com seu bom dia a todos e agradecendo a Deus pela vida, saúde e pela oportunidade de estar presente nessa casa de lei desenvolvendo trabalho sendo fiscal e representante legítimo do povo. Sabendo que essa e última sessão do 1º semestre há mais umas cobranças ao poder executivo são situações começadas e abandonadas pelo poder público, requerimento feito pelo mesmo dirigindo há casa de lei aprovado por unanimidade por todos os vereadores começado um dia e meio, teve uma fatalidade na comunidade de Anoirá dos gamas aonde caiu uma caçamba em uma ponte, há comunidade está isolada em Anoirá dos gama ao estirão sabendo que essa ponte e de grande importância para locomoção do povo dessas comunidades, a secretaria de obras foi informada ao vereador que sexta feira no dia 25/06/2021 começaria a construção da ponte, o mesmo entrou em contato com diretor de obras Fausto Gomes disse que talvez começasse na segunda-feira, como o vereador e cobrado pela população da colônia imediatamente informou a população que há obra iria começar mas infelizmente não começou que o poder executivo possa executar os serviços que possa se empenhar, as estradas estão intrafegáveis, que o gestor junto com a equipe de obras volte para selecionar os problemas nas comunidades dos neves, caraná e a reforma da ponte da comunidade de Anoirá dos gamas, o mesmo agradece a todos e oportunidade deseja a todos um bom final de semana. O 1º secretário Raian vieira concede a palavra ao 2º secretário em exercício Wilson paulino, começou saudando com seu bom dia todos agradeceu ao vereador Raian vieira por ter selecionado o mesmo para fazer parte da mesa há vossa excelência como está sendo presidente dessa asa de lei, desejar melhoras para o presidente Francisco Emanuel que se encontra com convid-19 o debate que debatemos aqui nessa casa junto com a polícia militar nessa casa de lei vereadora Paula melo, Nenê Tracuateua e muito importante vereador Marcelo da farmácia a sociedade sempre quer uma resposta das autoridades seja políticas, autoridades policiais etc.. pagos por imposto do povo, o povo colocar para representa-lo e quer uma resposta ações e os vereadores estamos fazendo o papel vereador Raian vieira



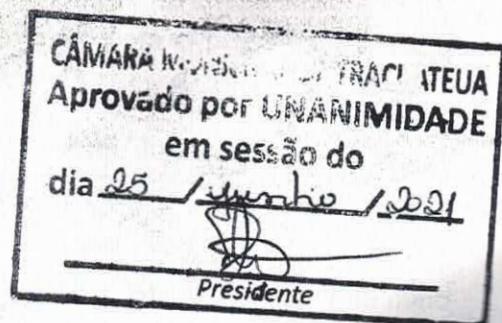
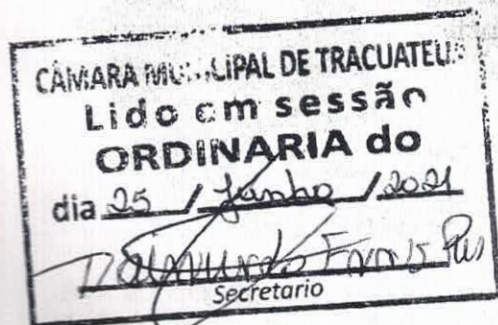
ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
CNPJ – 01.615.398/0001-33

como legislador então e melhorar a segurança pública para o município para que os trabalhos da polícia seja mais eficientes, o vereador agradece a Deus e companheirismo de cada parlamentar desta casa de lei vereador Eninho do tatu que se recuperou da covid-19, vereador Raian Vieira, Marcelo da farmácia, Nenê Tracuateua, Paula melo, José Adilson, Davi gama, Aldrin Ferreira, Talito ausente, Francisco Emanuel está com covid-19, agradece o companheirismo de cada parlamento agradece aos funcionários da câmara municipal de Tracuateua. Como mais nada foi tratado o senhor presidente declara encerrada a reunião, convidando os senhores vereadores para próxima reunião no dia e hora regimental. Tracuateua, em 25 de junho de 2021.

Ver. Raian Vieira Moura (Professor Raian)
Presidente - Câmara Municipal de Tracuateua (PA)

Ver. Reimundo Ennis Reis de Sousa
1º Secretário - Câmara Municipal de Tracuateua (PA)

Ver. Wilson Paulino dos Santos
2º Secretário - Câmara Municipal de Tracuateua (PA)





LEI Nº 455/2021 DE 13 DE JULHO DE 2021

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico a publicação deste Ato Normativo no Quadro de Aviso de Prefeitura Municipal de Tracuateua-Pará.

Em: 13/07/2021

Eu: MARCO SARGOM F. S. A. A.

Servidor Municipal Mat. nº 001/2024

Levarei a Presente Certidão

Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2022 e dá outras providências.

O Senhor **JOSÉ BRAULIO DA COSTA**, Prefeito Municipal de Tracuateua/PA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, bem como pela Lei Orgânica deste Município.

Faz saber que a Câmara Municipal de Tracuateua/PA aprovou e promulgou, de modo que sanciona a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Lei nº. 4.320, de 1964, Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e **da Lei Orgânica do Município**, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Tracuateua, para o Exercício Financeiro de 2022, compreendendo os seguintes capítulos:

- I – As prioridades e metas da Administração Pública;
- II – A estrutura e organização dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV – As disposições relativas à dívida pública municipal;
- V – As disposições relativas às despesas do Município com o pessoal e encargos sociais;
- VI – As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VII – As disposições gerais.

Art. 2º. Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000, integra esta Lei os seguintes anexos:

- I – de Riscos Fiscais;
- II – de Metas fiscais;



III – Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais de Receitas;

IV – Despesas;

V – Resultado Primário e Nominal;

VI – Montante da Dívida.

CAPÍTULO I **DAS PRIORIDADES, AÇÕES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 3º. As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2022 serão elaboradas de acordo com as seguintes diretrizes do plano de governo:

I – Compartilhamento de recursos;

II – Gestão ampla;

III – Inovação;

IV – Simplificação.

Art. 4º. O anexo Demonstrativo de Metas e Prioridades estabelece os programas e projetos da Administração municipal para o exercício financeiro de 2022.

Parágrafo único – As metas e prioridades incluídos nesta Lei terão recursos incluídos na proposta de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite ou restrição à programação de despesas, entretanto, os projetos em andamento terão precedência sobre os novos projetos.

Art. 5º. Quando da elaboração do Projeto de Lei do Orçamento para o exercício financeiro de 2022, os quantitativos e os valores estabelecidos nos anexos desta Lei não se constituem em limite de programação, podendo ser alterados para mais ou para menos, no que couber aos Poderes Legislativo e Executivo.

CAPÍTULO II **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 6º. A Lei Orçamentária Anual compreenderá os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se por:



I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo definido por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades ou projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por função, programas, subprograma, atividades ou projetos e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas.

§ 3º As atividades e projetos serão desdobrados em subtítulos exclusivamente para especificar a localização física integral ou parcial das respectivas atividades e projetos não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade dos mesmos e da denominação das metas estabelecidas.

Art. 7º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, e os grupos de despesa conforme a seguir discriminados:

Parágrafo único. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária anual por programas e suas respectivas ações orçamentárias, atividades e projetos ou operações especiais.

1 - Pessoal e encargos sociais;

2 - Juros e encargos da dívida;

3 - Outras despesas correntes;

4 - Investimentos;



5 – Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas; e

6 – Amortização da dívida.

Art. 8º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação do Poder Executivo e Legislativo do Município, seus Fundos, Órgãos, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 9º. A lei orçamentária anual discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I - às ações descentralizadas de saúde, educação e assistência social;

II - ao pagamento de benefícios da previdência social, para cada categoria de benefício;

III - atendimento de ações de alimentação escolar;

IV - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

V - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos; e

VI - as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial;

VII - às despesas correntes de caráter continuado, derivados da lei e que fixe a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois anos;

VIII - ao atendimento dos programas de alimentação e transporte escolar;

IX - ao pagamento de precatório judicial;

X - ao atendimento das operações relativas a dívida do município;

XI - às despesas com servidores, de natureza suplementar, como auxílio-alimentação ou refeição, auxílio-transporte, assistência pré-escolar, assistência médica e odontológica no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e demais órgãos independentes, inclusive administração indireta, que recebam recursos à conta dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Art. 10. O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, até o dia 31/10/2021, observará além das disposições constitucionais e legais, o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000, constituindo-se de:

I - mensagem;

II - texto da lei orçamentária;

VIII - ao atendimento das operações relativas a dívida do município;

IX - ao pagamento de precatório judicial;



III - quadros orçamentários consolidados;

IV - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscais e da seguridade social;

§ 1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I - evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto;

II - evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas e elemento de despesa;

III - resumo das receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV - resumo das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

V - receita e despesa, do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei no 4.320, de 1964, e suas alterações;

VI - receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei no 4.320, de 1964, e suas alterações;

VII - despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por elemento de despesa e fonte de recursos;

VIII - despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, sub-função, programa, sub-programa e elemento de despesa;

IX - recursos do Tesouro Municipal, diretamente arrecadados, no orçamento fiscal e da seguridade social, por órgão;

X - programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

XI - resumo das fontes de financiamento e da despesa do orçamento de investimento, segundo órgão, função, sub-função e programa;

VI - receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei no 4.320, de 1964, e suas alterações;



XII - despesas do orçamento fiscal e da seguridade social segundo os programas de governo, com os seus objetivos e indicadores para aferir os resultados esperados, detalhados por atividades e projetos, com a identificação das metas, se for o caso, e unidades orçamentárias executoras.

§ 2º A mensagem que encaminhará o projeto de lei orçamentária conterá:

I - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa;

II - demonstrativo da receita, segundo a origem dos recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

III - análise da situação socioeconômica do município e financeira da administração pública, com indicação das perspectivas para 2022 e suas implicações na proposta orçamentária.

Art. 11. Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo e as Autarquias Municipais, encaminharão ao Poder Executivo Municipal, até 31 de julho de 2021, suas respectivas proposta orçamentária, observada os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 12. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2022 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único. Os titulares dos Poderes Executivo, Legislativo e dos demais órgãos independentes, no que couber a cada um, farão publicar por meio de sistema de veículo de publicidade oficial do município ou em seus murais de aviso, ao menos:

- a) estimativa da receita;
- b) os limites orçamentários fixados para o Poder Legislativo, Executivo e demais órgãos independentes;
- c) o projeto de lei orçamentário e seus anexos;
- d) a lei orçamentária anual;
- e) o relatório resumido da execução orçamentária bimestral;
- f) o relatório de gestão fiscal, ao final de cada quadrimestre;
- g) o relatório mensal da arrecadação, discriminado por fonte e subitem da receita do tesouro municipal;
- h) dados gerenciais referentes a execução do Plano Plurianual 2022/2025;

Art. 12. A elaboração do projeto de lei orçamentária de 2022

deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal,

observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as

informações relativas a cada uma dessas etapas.



- i) cumprir em tempo real às determinações da Portaria 549/2018 do STN, concernente às informações e os dados contábeis, orçamentários e fiscais, em atendimento ao § 2º do art. 48 da Lei 101/2000, com disponibilização no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi, e demais rotinas constantes da Portaria.

Art. 13. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 14. Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

III - incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecida, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição.

Art. 15. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 3º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, observados o disposto no artº 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivamente subtítulos em andamento; e

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou obtenção de uma unidade completa.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores e serão entendidos como projetos ou subtítulos de projetos em andamentos aqueles cuja execução financeira, até 30 de Junho de 2021, não ultrapassar vinte por cento de seu custo total estimado.

Art. 16. O Poder Legislativo terá como limites de despesas correntes e de capital em 2022, para efeito de elaboração de sua proposta orçamentária, sete por cento do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício de 2021.

Parágrafo único. Caso o valor estabelecido na proposta orçamentária do Legislativo para 2022 seja inferior ao efetivamente arrecadado, dos tributos citados no caput deste artigo, ao final do exercício de 2021 fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a tomar as providências cabíveis para atingir o percentual estabelecido.



Art. 17. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I – ações que não sejam de competência exclusiva do município, salvo por Convênio;

II – aquisição imobiliária e equipamento para unidades residenciais de representação funcional, salvo para residência oficial do Município e residências mantidas pelo poder público que servem de residências de pessoas a serviço da municipalidade;

III – clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar; e

IV – pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública municipal, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeada com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgão ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

Art. 18. Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentadamente erro na alocação desses recursos.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo à destinação, mediante a abertura de crédito adicional, com previa autorização legislativa, de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade da sua aplicação original

Art. 19. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquela destinada a entidades pública e privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições;

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;

II – sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial; e

III – atendam ao disposto nos art. 195, § 3º e art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADCT. Bem como na Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993;

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sócias, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida no exercício de 2022 por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.



§ 2º É vedada, ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.

Art. 20. É vedada a inclusão de dotações, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” e “contribuições” para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam.

I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativa da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

II – voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

III – consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com administração pública municipal, e que participem da execução de programas nacionais de saúde;

§ 1º Para efeito de disposto no artigo anterior entende-se por:

I – contribuição: dotações destinadas ao atendimento de despesas que não envolvam contraprestação direta de bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo receptor, bem como aquelas destinadas a atender despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, observados o disposto nos artigos 25 e 26 da LC nº 101/2000;

II – auxílios financeiros a pessoas físicas; dotações destinadas a atender despesas de concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas, sob diferentes modalidades, como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens e também em situação de risco decorrente de eventos climáticos desastrosos.

III - material de distribuição gratuita; dotações destinadas a atender despesa com aquisição de materiais de distribuição gratuita, tais como livros didáticos, gêneros alimentícios, materiais de construção e outros materiais ou bens que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto os destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

§ 2º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I – publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II – destinação dos recursos exclusivamente para a ampliação, aquisição de equipamentos e sua instalação e de material permanente;

III – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

Art. 21. Os Projetos de Lei relativos aos créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária;



§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem;

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária serão pelos dirigentes dos órgãos ao Prefeito Municipal, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa;

§ 3º Cada Projeto de Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 4º Os Créditos Adicionais destinados a despesas de pessoal e encargos sociais serão encaminhados a Câmara Municipal por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

Art. 22. Os recursos de convênios não previstos no orçamento poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais, suplementares ou especiais.

Art. 23. Fica facultado o Poder Executivo a incluir no Projeto de Lei Orçamentária, critério de correção mensal ou quadrimestral das Despesas Orçadas para o exercício financeiro de 2022.

§ 1º A Loá destinara recursos de ordem de vinte e cinco por cento no mínimo da receita resultante de impostos, incluindo os originários de Transferências Estaduais e Federais, para aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, com ênfase para a manutenção e desenvolvimento da educação básica pública.

§ 2º A Loá destinara recursos na ordem de quinze por cento, no mínimo da receita resultante de impostos, incluindo os originários de Transferências Estaduais e Federais, para aplicação na Manutenção de Ações de Saúde.

§ 3º Ficam os Poderes Legislativo e Executivo, este incluindo os Fundos Especiais, quando da execução orçamentária de 2022, autorizados a ajustar seus orçamentos mediante a abertura de créditos suplementares, em até o limite de **cinquenta por cento (50%)**, conforme disposto no inciso I, art 7º, c/c art. 43º da lei 4.320/64 e § 8º do art. 165 da C.F., do total das despesas fixadas nesta lei.

§ 4º Ficam os Poderes Executivo e Legislativo Municipal autorizados no exercício de 2022 a transpor, remanejar, transferir ou utilizar total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferências, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições mantidas a estrutura programática, expressa por categoria de programação para outra ou de uma função para outra, para prover recursos para suplementar verba orçamentária assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza da despesa, modalidades de aplicação e as fontes de recursos, nos termos do art. 167 inciso IV da CF e parágrafo único do Art. 7º desta Lei.

§ 5º Na transposição, transferência ou remanejamento de que trata o parágrafo acima, poderá haver ajuste na classificação funcional assim como havendo alteração, por ato da



esfera federal, nos códigos da classificação da receita e despesa, fica o Poder Executivo autorizado a compatibilizar os códigos dos Orçamentos vigentes o qual será efetuado por ato do poder executivo.

§ 6º A lei orçamentária conterà reserva de contingência em montante equivalente a, no mínimo, 2% (dois por cento) da receita corrente líquida.

§ 7º A reserva de contingência será utilizada como fonte de financiamento para atender passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e também utilizados como fonte compensatória para abertura de créditos adicionais.

§ 8º Durante a execução orçamentária fica o Poder Executivo autorizado a utilizar o valor da reserva de contingência para investimentos se as situações postas no anexo de Riscos Fiscais deixarem à condição de afetação das contas públicas.

§ 9º As codificações de modalidades de aplicação e das fontes de recursos aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas e ou desmembradas para atender as necessidades de execução e dar maior transparência à execução orçamentário-financeiro por meio de ato do chefe do poder executivo.

§ 10º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei do orçamento na câmara municipal serão ajustado após a sanção da Lei Orçamentária, através da abertura de créditos adicionais, mediante remanejamento de dotações orçamentárias.

§ 11º Ficam autorizados os Poderes Executivo e Legislativo, assim como os Órgãos Independentes, quando necessário, a abrirem novos elementos de despesas, através do processo de transposição, remanejamento ou a transferência de recursos dentro de um mesmo programa de governo, entre elementos de despesas, via ato administrativo quando da execução orçamentaria de 2022.

§ 12º Se o Poder Legislativo por ocasião da abertura de crédito adicional suplementar não tiver dotação orçamentaria suficiente, deverá solicitar ao Poder Executivo que deverá atendê-lo na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PUBLICA MUNICIPAL

Art. 24. A atualização Monetária do Principal da dívida mobiliaria do município não poderá superar, no exercício de 2022, a variação do INDICE GERAL DE PREÇOS - MERCADO (IGP-M), da fundação Getúlio Vargas.



CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 25. Em cumprimento ao dispositivo do art. 169, parágrafos, incisos da C.F e Lei Complementar nº 101/00.

I – durante o exercício de 2022, as despesas totais do Pessoal Ativo da Administração Direta e Indireta financiadas com recursos do Tesouro, deverão ser praticadas em cumprimento a Lei Complementar nº 101/2000;

II – o Poder Legislativo Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento incluindo gastos com o Subsídio de seus Vereadores, § 1 do Artigo 29-A da EC nº 25/2000.

III – somente poderão ser contratados servidores públicos, mediante concurso público.

IV – exceto as nomeações para cargos em comissão, que serão de livre nomeação e exoneração, bem como a contratação por tempo determinado de pessoais técnico especializado, a fim de atender necessidades temporárias da administração e de excepcional interesse público dispostos em lei.

V – fica o Poder Executivo autorizado a criar cargos de provimento efetivo ou alterar a estrutura de carreira, bem como admitir pessoal, observando o disposto deste artigo e em seus parágrafos e incisos.

VI – o reajuste da remuneração de pessoal nos termos do inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, será corrigido de acordo com a disponibilidade financeira do tesouro municipal, respeitando o limite estabelecido no inciso III do art. 19 e no inciso III do art. 20 da Lei Complementar nº 101 de 2000, na forma do disposto no art. 169 da Constituição Federal.

Art. 26. No exercício financeiro de 2022, as despesas com pessoal, ativo e inativo, do Poder Legislativo e Executivo observarão os limites estabelecidos na forma da Lei Complementar 101/ 00 e no Art. 29-A, da Constituição Federal

Art. 27. No exercício de 2022, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos no art. 23 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos, especialmente os voltados para as áreas de segurança e saúde, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

§ 1º A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do chefe do Poder Executivo ou a quem este delegar competência.

VI – o reajuste da remuneração de pessoal nos termos do inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, será corrigido de acordo com a disponibilidade financeira do tesouro municipal, respeitando o limite estabelecido no inciso III do art. 19 e no inciso III do art. 20 da Lei Complementar nº 101 de 2000, na forma do disposto no art. 169 da Constituição Federal.



§ 2º O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa de pessoal, independente da legalidade ou validade do contrato.

§ 3º Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, efetuada por força de lei ou decisão judicial, e os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividade que simultaneamente;

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento.

II - não sejam inerentes à categoria funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou sejam relativas a cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente; e

III - não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 28. O Poder executivo encaminhará caso necessário ao Poder Legislativo no corrente exercício, Projeto de Lei dispendo sobre alterações na Legislação Tributária Municipal, especialmente sobre:

I - criação de novas taxas e revisão da base de cálculo das já existentes;

II - revisão da base de cálculo dos Impostos já existentes;

III - o município fará uma revisão no Código Tributário para adaptar a realidade prevista, ou seja, aumentar a arrecadação própria do Município.

§ 1º Para efeito deste artigo, toda e qualquer alteração processada no âmbito da Legislação Tributária Municipal, levará em consideração o princípio da Justiça Social, tributando-se mais aqueles de mais posses, notadamente as áreas improdutivas, para que se possa aliviar a carga Tributária das camadas mais pobres da população.

§ 2º A concessão ou ampliação de incentivos de isenção ou benefícios de natureza tributária ou financeira, somente será aprovada mediante a estimativa de renúncia de receita e consequentemente anulação de despesas de idêntico valor ou pelo aumento de receita decorrente do crescimento econômico, do combate a sonegação e a elisão fiscal da elevação de alíquotas da ampliação da base de cálculo e da majoração ou criação de tributo.

§ 3º A estimativa de renúncia de receita será apresentada pelo iniciador da proposição legislativa.



CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2022, cronograma mensal de desembolso por órgão do Poder Executivo, observando em relação às despesas constantes desse cronograma a abrangência necessária a obtenção das metas fiscais.

Parágrafo único. Desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos.

Art. 30. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta arrecadação para atingir o resultado primário desta Lei, conforme determinado pelo art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, serão fixados, separadamente, percentual de limitação para o conjunto de “projetos” e de “atividades e operações especiais”, calculado de forma proporcional à participação de cada Poder no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2022, excluídas:

I - as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais inclusive ao destinados ao pagamento da dívida;

II - despesas com ações vinculadas às funções saúde, educação e assistência social, não incluídas no inciso I;

III - despesas correntes obrigatórias de caráter continuado.

§ 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo informará ao Poder Legislativo, até o trigésimo dia do mês subsequente ao final do bimestre, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 2º O Poder Legislativo com base na informação de que trata o § 1º, publicar ato, até o final do mês subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira em cada um dos conjuntos de despesas mencionados no caput deste artigo.

§ 3º A limitação que trata o caput deste artigo será feita por ato próprio de cada poder, nos trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre.

Art. 31. Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no caixa único da Prefeitura no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.



Art. 32. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 33. Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Chefe do Poder Executivo até 31 de dezembro de 2021, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Instituto de Previdência Municipal;

III - pagamento do serviço da dívida;

IV - pagamento de despesas decorrentes de contratos e convênios publicados até 31 de dezembro de 2021;

V - programa de duração continuada;

VI - assistência social, saúde e educação;

VII - manutenção das entidades;

VIII - sentenças judiciais transitadas em julgado.

Art. 34. Os órgãos responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada elemento de despesa e fonte de recurso.

Art. 35. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 36. Para fins de acompanhamento e controle, os órgãos da Administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica e do Controlador do Município, antes do atendimento da requisição judicial observada as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

Art. 37. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas dos Municípios com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.



Art. 38. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa deverá, obrigatoriamente, atender ao disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 39. Autorizar o Poder Executivo a suplementar automaticamente através de decreto as dotações referentes as receitas vinculadas pelo valor do seu excesso de arrecadação efetivamente realizado no exercício de 2022, assim como pelo superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 40. Autorizar o Poder Executivo a auxiliar o Estado no custeio das Despesas com; Polícia Militar, Civil, Corpo de Bombeiro, Ministério Público e Defensoria Pública, Poder Judiciário, Justiça Eleitoral, clube de escotismo, defesa civil e entidades de classes religiosas, legalmente constituídas e sem fins lucrativos.

Art. 41. O Poder Executivo publicara os quadros de detalhamento de despesa (QDD), por órgão, unidade orçamentária e elemento de despesa que integram o orçamento fiscal e da seguridade social, juntamente com a lei orçamentária.

Parágrafo único. Os quadros de detalhamento de despesa, poderão ser alterados conforme necessidade do desdobramento do grupo de natureza da despesa, observando os limites estabelecidos por unidade orçamentária, por categoria de programação, por grupo de natureza e por fontes de recursos.


Art. 42. Para efeito do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº. 101/2000 entende-se como irrelevante as despesas que não ultrapassem o limite de que trata os incisos I e II do art. 24 e seu parágrafo único da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, modificada através do art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de Maio de 1998.

Art. 43. Os custos unitários de materiais e serviços de obras executadas com recursos dos orçamentos do Município não poderão ser superiores em mais de trinta por cento, aqueles constantes do sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil (SINAPI), mantido pela Caixa Econômica Federal.

Parágrafo único. Somente em condições especiais devidamente justificadas, poderá os respectivos custos ultrapassar os limites fixados no caput deste artigo, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 44. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01.01.2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tracuateua-PA em 13 de julho de 2021.


José Bráulio da Costa
Prefeito Municipal
Tracuateua



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
CNPJ: 01.612.999/0001-92

ANEXO DE METAS E RISCOS FISCAIS



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS – LDO 2022

ANEXO I

Demonstrativo das Metas Anuais

(Art. 4º, §1º da Lei Complementar nº 101/2000)

O Anexo de Metas Fiscais, elaborado conforme o disposto no § 1º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, é parte integrante da Lei de Diretrizes Orçamentarias para 2022 e estabelece as metas anuais, em valores correntes e constantes da Administração, relativas a Receitas, Despesas Resultado Nominal e Primário para o exercício financeiro de 2022 e para os dois seguintes.

As informações contidas neste Anexo servirão de base para a elaboração da Lei Orçamentaria Anual (LOA) para o exercício de 2022. Os valores encontrados para 2023 e 2024 são indicativos e poderão ser ajustados nas respectivas Leis Orçamentaria (LDO e LOA), levando em consideração possíveis eventos imprevistos e o comportamento da economia nacional e regional.

O crescimento das receitas projetadas para 2022, 2023 e 2024 foi calculado a partir da reestimativa do exercício de 2021. Esta reestimativa considerou as principais fontes de receita do Município, entre elas os repasses da União, do Estado, já realizada no 1º bimestre do exercício de 2021, bem como a arrecadação própria projetada, aplicando os indicadores econômicos e financeiros de acordo com as peculiaridades de cada um dos principais itens de receita. A arrecadação própria projetada para os anos seguintes prevê um gradativo crescimento na participação das receitas totais, que devera ser alcançado com o aperfeiçoamento e melhor aparelhamento da fazenda publica municipal.

As despesas, incluindo os investimentos, foram projetadas de acordo com as metas fiscais esperadas, ou seja, observando os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e em função da arrecadação prevista e da necessidade de obter resultado primário e nominal favorável à amortização gradativa da dívida pública municipal.

TRACUATEUA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I - METAS ANUAIS
2022

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2022				2023				2024			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100
Receita Total	109.470.680,00	97.143.658,81	-	113,21	109.470.680,00	97.369.464,89	-	113,47	100.533.972,50	97.369.464,89	-	113,47
Receitas Primárias (I)	100.067.772,50	96.693.180,50	-	112,68	100.067.772,50	96.917.939,47	-	112,94	100.067.772,50	96.917.939,47	-	112,94
Receitas Primárias Correntes	89.609.352,50	86.587.450,48	-	-	89.609.352,50	86.788.719,13	-	-	89.609.352,50	86.788.719,13	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.912.760,00	5.713.363,61	-	-	5.912.760,00	5.726.644,07	-	-	5.912.760,00	5.726.644,07	-	-
Contribuições	98.700,00	95.371,53	-	-	98.700,00	95.593,22	-	-	98.700,00	95.593,22	-	-
Transferências Correntes	83.574.792,50	80.756.394,34	-	-	83.574.792,50	80.944.108,96	-	-	83.574.792,50	80.944.108,96	-	-
Demais Receitas Primárias Correntes	23.100,00	22.321,00	-	-	23.100,00	22.372,88	-	-	23.100,00	22.372,88	-	-
Receitas Primárias de Capital	16.241.715,00	15.693.994,59	-	-	16.241.715,00	15.730.474,58	-	-	16.241.715,00	15.730.474,58	-	-
Despesa Total	109.470.680,00	105.778.993,14	-	123,27	109.470.680,00	106.024.871,67	-	123,56	109.470.680,00	106.024.871,67	-	123,56
Despesas Primárias (II)	109.044.880,00	105.367.552,42	-	122,79	109.044.880,00	105.612.474,58	-	123,08	109.044.880,00	105.612.474,58	-	123,08
Despesas Primárias Correntes	77.385.535,20	74.775.857,76	-	-	77.385.535,20	74.949.670,90	-	-	77.385.535,20	74.949.670,90	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	47.400.537,75	45.802.046,33	-	-	47.400.537,75	45.908.511,14	-	-	47.400.537,75	45.908.511,14	-	-
Outras despesas Correntes	29.984.997,45	28.973.811,43	-	-	29.984.997,45	29.041.159,76	-	-	29.984.997,45	29.041.159,76	-	-
Despesas Primárias de Capital	31.659.344,80	30.591.694,66	-	-	31.659.344,80	30.662.803,68	-	-	31.659.344,80	30.662.803,68	-	-
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário (III) = (I - II)	(8.977.107,50)	(8.674.371,92)	-	(10,11)	(8.977.107,50)	(8.694.535,11)	-	(10,13)	(8.977.107,50)	(8.694.535,11)	-	(10,13)
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	50.000,00	48.313,85	-	-	50.000,00	48.426,15	-	-	50.000,00	48.426,15	-	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	400.000,00	386.510,77	-	-	400.000,00	387.409,20	-	-	400.000,00	387.409,20	-	-
Resultado Nominal (VI) = (III + (IV - V))	(9.327.107,50)	(9.012.568,85)	-	(10,50)	(9.327.107,50)	(9.033.518,16)	-	(10,53)	(9.327.107,50)	(9.033.518,16)	-	(10,53)
Dívida Pública Consolidada	420.000,00	405.836,31	-	0,47	420.000,00	406.779,66	-	0,47	420.000,00	406.779,66	-	0,47
Dívida Consolidada Líquida	(1.732.769,85)	(1.674.335,54)	-	(1,95)	(1.732.769,85)	(1.678.227,46)	-	(1,96)	(1.732.769,85)	(1.678.227,46)	-	(1,96)
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	0,00	-	-	-	0,00	-	-	-	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	-	0,00	-	-	-	0,00	-	-	-	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-	-	-	0,00	-	-	-	0,00	-	-	-	0,00

Fonte: /Relatórios da LRF



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS – LDO 2022

ANEXO DE METAS FISCAIS Metas e Projeções Fiscais

Objetivando o equilíbrio fiscal das contas públicas municipais, a manutenção da estrutura administrativa e dos serviços públicos que estão vinculados a efetivação de receitas e do indispensável controle das despesas que certamente proverão a realização de investimentos em infraestrutura e todas as áreas integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo, servindo de parâmetro para o estabelecimento de metas fiscais.

As metas de superávit primário apresentado no presente Anexo a Lei de Diretrizes Orçamentárias foram fixadas com o objetivo de consolidar os resultados pretendidos de estabilidade fiscal do Município. Projetou-se para o exercício de 2022 os objetivos básicos sustentados em uma estabilidade de preços e a confiança na política econômica levada a efeito pelo Governo Federal, de forma a promover um ambiente propício ao investimento e o crescimento econômico-social do Município.

As informações aqui apresentadas servirão de base para a elaboração das metas a serem fixadas na Lei Orçamentária Anua para o exercício de 2022 e o valores indicativos estimados para os demais 03 (três) anos subsequentes deverão ser ajustados nas respectivas Leis Orçamentárias, considerando os fatos futuros que alterem as despesas e o comportamento das receitas.

Os quadros apresentados a preços correntes e a preços constantes foram calculados pelo índice da inflação oficial, média histórica dos últimos três anos e a projeção para o exercício corrente.

A arrecadação própria para os anos seguintes serão estabelecidas após análise do fluxo efetivado neste exercício. As despesas, incluindo os investimentos, foram projetados de acordo com as metas fiscais esperadas, ou seja, observando os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e em função da arrecadação prevista e da necessidade de obter resultado primário e nominal compatível com as finanças do município, permitindo o pagamento da dívida flutuante municipal e para atender eventuais riscos fiscais.



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS – LDO 2022

ANEXO DA MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS FISCAIS

1 – Metodologia de Cálculo – Receitas:

- 1.1 – A metodologia de cálculo da Receita foi adotada conforme a técnica de previsão no Art. 12 da LRF;
- 1.2 – No exercício previsto para a LDO 2022 e no exercício seguinte de 2023, a metodologia adotada baseou-se no parâmetro constante da tabela de indicadores econômicos a preços correntes e acrescidos do IGP-M referente a preços correntes;

2 – Memória de Cálculo – Despesas:

- 2.1 – Para chegar aos resultados pretendidos no exercício de 2022, foi adotado o parâmetro constante da tabela de indicadores econômicos a preços constantes a ser acrescido do IGP-M.

TRACUATEUA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2022

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2020	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2020	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	95.746.850,00	-	117,16	68.549.061,50	-	100,00	(27.197.788,50)	(28,41)
Receitas Primárias (I)	95.302.850,00	-	116,61	68.506.192,48	-	99,94	(26.796.657,52)	(28,12)
Despesa Total	104.258.000,00	-	127,57	77.348.549,39	-	112,84	(26.909.450,61)	(25,81)
Despesas Primárias (II)	103.852.500,00	-	99,61	76.982.892,38	-	112,30	(26.869.607,62)	(25,87)
Resultado Primário (I - II)	(8.549.650,00)	-	(10,46)	(8.476.699,90)	-	(12,37)	72.950,10	(0,85)
Resultado Nominal	(8.549.650,00)	-	(10,46)	(8.773.270,50)	-	(12,80)	(223.620,50)	2,62
Dívida Pública Consolidada	400.000,00	-	0,49	365.657,01	-	0,53	(34.342,99)	(8,59)
Dívida Consolidada Líquida	400.000,00	-	0,49	365.657,01	-	0,53	(34.342,99)	(8,59)

Fonte: / Relatórios da LRF

TRACUATEUA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2022

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	62.025.652,96	68.549.061,50	10,52	100.533.972,50	46,66	100.533.972,50	-	100.533.972,50	-	100.533.972,50	-
Receitas Primárias (I)	61.886.758,79	68.506.192,48	10,70	100.067.772,50	46,07	100.067.772,50	-	100.067.772,50	-	100.067.772,50	-
Despesa Total	62.922.422,56	77.348.549,39	22,93	109.470.680,00	41,53	109.470.680,00	-	109.470.680,00	-	109.470.680,00	-
Despesas Primárias (II)	62.484.790,63	76.982.892,38	23,20	109.044.880,00	41,65	109.044.880,00	-	109.044.880,00	-	109.044.880,00	-
Resultado Primário (III) = (I - II)	(598.031,84)	(8.476.699,90)	1.317,43	(8.977.107,50)	5,90	(8.977.107,50)	-	(8.977.107,50)	-	(8.977.107,50)	-
Resultado Nominal	(818.527,82)	(8.773.270,50)	971,84	(9.327.107,50)	6,31	(9.327.107,50)	-	(9.327.107,50)	-	(9.327.107,50)	-
Dívida Pública Consolidada	437.631,93	365.657,01	(16,45)	420.000,00	14,86	420.000,00	-	420.000,00	-	420.000,00	-
Dívida Consolidada Líquida	(10.100.445,22)	365.657,01	(103,62)	(1.732.769,85)	(573,88)	(1.732.769,85)	-	(1.732.769,85)	-	(1.732.769,85)	-

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	59.462.806,02	65.584.635,95	10,30	95.920.210,38	46,25	97.143.658,81	1,28	97.369.464,89	0,23	97.369.464,89	-
Receitas Primárias (I)	59.329.650,84	65.543.620,82	10,47	95.475.405,50	45,67	96.693.180,50	1,28	96.917.939,47	0,23	96.917.939,47	-
Despesas Total	60.322.521,87	74.003.587,25	22,68	104.446.789,43	41,14	105.778.993,14	1,28	106.024.871,67	0,23	106.024.871,67	-
Despesas Primárias (II)	59.902.972,51	73.653.743,19	22,96	104.040.530,48	41,26	105.367.552,42	1,28	105.612.474,58	0,23	105.612.474,58	-
Resultado Primário (III) = (I - II)	(573.321,68)	(8.110.122,37)	1.314,58	(8.565.124,99)	5,61	(8.674.371,92)	1,28	(8.694.535,11)	0,23	(8.694.535,11)	-
Resultado Nominal	(784.706,95)	(8.393.867,68)	969,68	(8.899.062,59)	6,02	(9.012.568,85)	1,28	(9.033.518,16)	0,23	(9.033.518,16)	-
Dívida Pública Consolidada	419.549,35	349.844,06	(16,61)	400.725,12	14,54	405.836,31	1,28	406.779,66	0,23	406.779,66	-
Dívida Consolidada Líquida	(9.683.103,46)	349.844,06	(103,61)	(1.653.248,59)	(572,57)	(1.674.335,54)	1,28	(1.678.227,46)	0,23	(1.678.227,46)	-



TRACUATEUA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2022

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

Fonte: / Relatórios da LRF



TRACUATEUA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2022

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2020	2019	2018
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2020	2019	2018
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	-	-
DESPESAS DECORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2020	2019	2018
VALOR (III)	-	-	-

Fonte: / Relatórios da LRF

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	2018	2019	2020
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (I+II) = (I-III-IV)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V+VI) = (V-1-11)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (V)-(VI)	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
VALOR	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
VALOR	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00
Cassa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX+X) = (IX-1-11)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (XII+XIII) = (XII-1-11)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO FINANCEIRO (XIV) = (IX+X)-(XII+XIII)	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Irregularidades Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

Fonte:
 N.T.E.:
 1 Caso a Portaria MPS 746/2011 determine que os recursos provenientes dos aportes de uma determinada entidade, no máximo, por 3 (três) anos, sua receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.
 2 O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsto da receita e a dotação de despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 3º trimestre) e a despesa comprometida (no 4º trimestre).

TRACUATEUA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
2022

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ milhares

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a - b)	(d) = (d Exercício anterior) + c
2020				
2021			0,00	0,00
2022			0,00	0,00
2023			0,00	0,00
2024			0,00	0,00
2025			0,00	0,00
2026			0,00	0,00
2027			0,00	0,00
2028			0,00	0,00
2029			0,00	0,00
2030			0,00	0,00
2031			0,00	0,00
2032			0,00	0,00
2033			0,00	0,00
2034			0,00	0,00
2035			0,00	0,00
2036			0,00	0,00
2037			0,00	0,00
2038			0,00	0,00
2039			0,00	0,00
2040			0,00	0,00
2041			0,00	0,00
2042			0,00	0,00
2043			0,00	0,00
2044			0,00	0,00
2045			0,00	0,00
2046			0,00	0,00
2047			0,00	0,00
2048			0,00	0,00
2049			0,00	0,00
2050			0,00	0,00
2051			0,00	0,00
2052			0,00	0,00
2053			0,00	0,00
2054			0,00	0,00
2055			0,00	0,00
2056			0,00	0,00
2057			0,00	0,00
2058			0,00	0,00
2059			0,00	0,00
2060			0,00	0,00
2061			0,00	0,00
2062			0,00	0,00
2063			0,00	0,00
2064			0,00	0,00
2065			0,00	0,00
2066			0,00	0,00
2067			0,00	0,00
2068			0,00	0,00
2069			0,00	0,00
2070			0,00	0,00
2071			0,00	0,00
2072			0,00	0,00
2073			0,00	0,00
2074			0,00	0,00
2075			0,00	0,00
2076			0,00	0,00
2077			0,00	0,00
2078			0,00	0,00
2079			0,00	0,00
2080			0,00	0,00
2081			0,00	0,00
2082			0,00	0,00
2083			0,00	0,00
2084			0,00	0,00
2085			0,00	0,00
2086			0,00	0,00
2087			0,00	0,00
2088			0,00	0,00
2089			0,00	0,00
2090			0,00	0,00
2091			0,00	0,00
2092			0,00	0,00
2093			0,00	0,00
2094			0,00	0,00

Fonte:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 01.612.999/0001-92

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS – LDO 2022

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECEITAS

E DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Na composição da receita não há previsão de renúncia de receita, com implicação na execução dos programas de governo previstos para o próximo exercício de 2022.

Face a necessidade da implantação de novos equipamentos e ampliação da oferta de serviços públicos, especialmente aqueles relacionados com a saúde, educação, assistência social, infraestrutura e saneamento básico, estimamos que a expansão das despesas de caráter continuado para 2022 será na ordem de 10 % (dez por cento), assim como o mesmo percentual para os exercícios seguintes.

O devido incremento na despesa continuada não afetará as metas fiscais estabelecidas, uma vez que foram levadas em consideração.

TRACUATEUA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2022

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art 4º, § 12º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2022	2023	2024	
			0,00	0,00	0,00	
TOTAL			0,00	0,00	0,00	

Fonte:



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2022

RISCOS FISCAIS

(Art.4º,3º, da Lei Complementar nº101, de maio de 2000)

O Anexo de Riscos Fiscais tem sua origem no princípios da prudência. Sua apresentação na LDO é obrigatória, conforme definição no 3º do art. 4º da LRF/2000. Por seu intermédio se faz a previsão dos passivos contingentes que deve ser entendido como uma obrigação incerta ou eventual. São situações que envolvem um grau de dúvidas quanto a sua efetiva ocorrência, mais que podem afetar as contas públicas, ou seja, podem vir a criar uma situação de desequilíbrio fiscal ao Município.

Os passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de impactar negativamente nas contas públicas, que podem ser classificados em dois tipos:

1- Riscos orçamentários: São aqueles que dizem respeito a possibilidade das receitas e despesas previstas não se concretizarem.

Normalmente as variáveis que influem diretamente no montante de recursos arrecadados pelo ente governamental são:

nível de atividade econômica;

taxa de inflação- afeta a arrecadação da maioria dos impostos, especialmente quando estes incidem sobre o valor de produtos ou serviços comercializados;

taxa de câmbio- a variação do câmbio é outro fator que pode ter impacto significativo sobre a projeção das receitas, uma que alguns impostos possuem uma correlação direta com a caixa de câmbio; e

taxa de juros- a volatilidade da taxa de juros e outro elemento que pode causar reflexo na arrecadação do ente, principalmente no caso da União.

Do lado da despesa similarmente ao que acontece com a receita, a despesa também está sujeita a desvio em relação às projeções utilizadas quando da elaboração do orçamento. As alterações mais comuns decorrem da inflação observada e/ou de modificação constitucionais e legais que acarretem novas obrigações para o Governo.

2 - Riscos de dívidas: São aqueles relacionados a situações externas à administração, que podem resultar em aumento do estoque da dívida pública, devido a fatores imprevisíveis, além de procedimentos que podem resultar em acréscimo de despesa, como os resultantes das variações da taxa de juros e de câmbio em títulos de vincendos, bem como de julgamentos de processos judiciais.

TRACUATEUA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO - RISCOS FISCAIS
2022

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	100.000,00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	100.000,00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes	100.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHOS	100.000,00
SUBTOTAL	300.000,00	SUBTOTAL	300.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	450.000,00	ATUALIZAÇÃO CÓDIGO TRIBUTÁRIO	450.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	450.000,00	SUBTOTAL	450.000,00
TOTAL	750.000,00	TOTAL	750.000,00

Fonte:

TRACUATEUA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2022

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V) R\$ milhares

EVENTO	VALOR PREVISTO 2022
Aumento Permanente da Receita	6.700.000,00
(-) Transferências Constitucionais	2.896.873,00
(-) Transferências ao FUNDEB	3.517.435,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	285.692,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	285.692,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	285.692,00

Fonte:





PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA
CNPJ: 01.612.999/0001-92

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page.



ANEXO DE METAS E PRIORIDADES – LDO 2022

01- CÂMARA MUNICIPAL DE TRACUATEUA:

- 1.1-Manutenção da Câmara Municipal
- 1.2-Manutenção do Departamento de Controle Interno
- 1.3-Encargos com publicidade

02-FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE:

- 2.1-Manutenção da Secretaria Mun. De meio Ambiente
- 2.2-Manut do Conselho municipal de Meio Ambiente
- 2.3-Implantação de Parques Ambientais
- 2.4-Manutenção de Parques Ambientais
- 2.5-Recuperação de Áreas Degradadas
- 2.6-Limpeza e Drenagem de Rios, Igarapés e Córregos

03-GABINETE DO PREFEITO:

- 3.1-Manutenção da Junta de Serviços Militar
- 3.2-Manutenção do Departamento de Controle Interno
- 3.3-Manutenção da CODEC-Defesa Civil
- 3.4-Apoio a Segurança Publica
- 3.5-Manutenção do Gabinete do Prefeito



3.6-Manutenção da Residência Oficial do prefeito

3.7-Encargos com Publicidade e propaganda

04- PROCURADORIA JURÍDICA:

4.1- Manutenção da Procuradoria Jurídica

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS:

5.1-Modernização e Organização Tributária

5.2-manutenção da Secretaria de Finanças

5.3-Amortização da Dívida Contratada

5.4-Contribuição ao PASEP

06-SEC.MUN.DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

6.1-Aquis. De veículo, Máquinas e Implementos Agrícolas

6.2-Manut. Secretaria Agricultura e Desenvolvi. Econômico

6.3-Manut. Do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrícola

6.4-Implantação do Viveiro de Mudas

6.5-Manutenção do Viveiro de Mudas

6.6-manut. De Veículos, máquinas e Implementos Agrícolas

6.7-Construção de Casas de farinha Comunitárias

6.8-Apoio ao Pequeno Produtor Rural



6.9-Apoio de Programas de Fomento à Produção

6.10-Implantação do Programa Bosque dos Bacuris

07-SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES:

7.1-Manutenção e Conservação de Prédios Públicos

7.2-Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Transporte

7.3-Construção, Ampliação e reforma de Mercados Municipais

7.4-Const. Reforma, Ampliação e Aparelhamentos de prédios Públicos

7.5-Obras de Infraestrutura Urbana

7.6-Pavimentação e Manutenção de vias Urbanas e logradouros

7.7-Const. E Restauração de Praças, Areas de Lazer e Eventos

7.8-Const. Reforma e Ampliação de Cemitério Publico

7.9-Manutenção dos Serviços urbanos

7.10-Construção de Habitações Populares

7.11-Implantação de Sistema de Abastecimento de Água- Zona Rural

7.12-Manutenção de Sistemas de Abastecimento de Água

7.13-Construção de Melhorias Sanitárias Domiciliares- MSD

7.14-Implantação de Sistema de Abastecimento de Água – Zona Urbana

7.15-Construção de Aterro Sanitário Municipal

7.16-Construção, Ampliação, reforma e Padronização de Feiras Livres

7.17-Manutenção do Sistema de Iluminação Pública

7.18-Implantação do Sistema de iluminação Pública

7.19-Manut. e Conservação da Patrulha Mecanizada



- 7.20-Manut. e Conservação de Veículos
- 7.21-Aquisição de Veículos e Máquinas Pesadas
- 7.22-Aquisição de Veículo coletor de Lixo
- 7.23-Const. Manutenção e Recuperação de estradas Vicinais e pontes
- 7.24-Construção de Cais de Arrimo
- 7.25-Construção do Pórtico Municipal

08-SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA:

- 8.1-Manut.da Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura
- 8.2-Manut.do Conselho Mun. de Turismo
- 8.3-Const. De Espaços Cultural e Turístico
- 8.4-Fomento as Manifestações Culturais
- 8.5-Apoio ao desenvolvimento do Turismo
- 8.6-Reforma e ampliação do estádio Municipal
- 8.7-Const. Reforma e Ampliação de Quadras, Ginásios e Arenas
- 8.8-Fomento ao Desporto amador
- 8.9-Manutenção da Biblioteca Pública

09-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

- 9.1-Manut da sec. Municipal de Administração
- 9.2-Reorganização e Modernização Administrativa
- 9.3-Aquisição de Imóveis



9.4-Capacitação de Recursos Humanos

9.5-Contribuições a Entidades, Instituições e Organizações

10-SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

10.1-Manutenção da Secretaria de Assistência Social

10.2-Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social

10.3-Apoio a Pessoa Idosa

10.4-Apoio a Pessoa Portadora de Deficiência

10.5-Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

10.6-Manut.do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

10.7-Assistência a Infância e Adolescência

10.8-Manutenção do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescente

10.9-Manut.do Programa Família Acolhedora

10.10-Implant.do Centro de Convivência de Atend. A crianças, Adolescentes e Jovens

10.11-Assistencia a Pessoas carentes e Comunidades

10.12-Manutenção do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

11-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

11.1-Manutenção do Piso Básico Variável-SCFV

11.2-Piso Básico Variável III CRAS Volante

11.3-Programa de Ações Estratégicas do Trabalho Infantil-AEPETI



- 11.4-Manutenção do Programa IGDSUAS
- 11.5-Proteção Social Básica Co-Financiamento do Estado
- 11.6-Proteção Social Especial Co-Financiamento do Estado
- 11.7-Manutenção do Programa criança feliz
- 11.8-Manutenção do Programa BPC
- 11.9-Manutenção do PAIF/CRAS
- 11.10-Manutenção do programa Bolsa Família IGDPBF
- 11.11-Manutenção do CREAS-PAEFI

12-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO:

- 12.1-Manutenção da Secretaria de Planejamento
- 12.2-Manutenção do Conselho das Cidades

13-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

- 13.1-Manutenção da Secretaria Municipal de Educação
- 13.2-Manut.do Conselho Municipal do FUNDEB
- 13.3-Manut do Conselho de Alimentação escolar-CAE
- 13.4-Manut.do Transporte Escolar-FME
- 13.5-Manut.do Programa de Alimentação Escolar-PNAE
- 13.6-Construção, Reforma de Cobertura de Quadras de escolas
- 13.7-Manut.do Programa estadual de Alimentação escolar- PEAE/PA



- 13.8-Const.Ampliação e reforma de Quadras Poliesportivas Escolares
- 13.9-Construção do Laboratório de Informática
- 13.10-Aquisição de Veículo escolar
- 13.11-Const.Ampl.ref.e Aparenl.de Unidades Escolares do ensino Fundamental
- 13.12-Manutenção do Salário-Educação
- 13.13-Manutenção do Transporte Escolar-FNDE
- 13.14Manut.do Programa Estadual de Transporte Escolar do Estado-PETE
- 13.15-Manut.do Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE
- 13.16-Const.Amp.Ref. e Aparentamento de Unidades Escolares do Ensino Infantil

14-FUNDEB:

- 14.1-Construção, Reforma, Ampliação e Aparentamento de Escolas da Educação Básica
- 14.2-Manutenção do Transporte Escolar-FUNDEB
- 14.3-Remuneração dos Profissionais da Educação Básica – FUNDEB 70%
- 14.4-Remuneração dos Profissionais da Educação Básica – FUNDEB 30%
- 14.4-Manutenção das Atividades de Apoio a Educação Básica - FUNDEB- 30%
- 14.5-Aquisição de Material Didático Tecnol. Ensino Básico
- 14.6-Capacitação dos Profissionais da Educação
- 14.7-Manutenção da Educação Infantil
- 14.8-Encargos com Profissionais da Educação Municipalizado FUNDEB 70%
- 14.9-Encargos com Profissionais da Educação Municipalizados FUNDEB 30%
- 14.10-Aquisição de Veículo para Transporte Escolar



15-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

- 15.1-Manutenção e Coordenação Geral do FMS
- 15.2-Manutenção do Conselho Municipal de Saúde
- 15.3-Capacitação de Recursos Humanos
- 15.4-Const. Reforma, Ampliação, Adequação e Aparelhamento de UBS
- 15.5-Const. Ampliação, Reforma, adequação e Aparelhamento de Postos de Saúde

16-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

- 16.1-Enfrentamento de Emergência ao Covid-19
- 16.2-Const. Reforma, Ampliação, Adequação e Aparelhamento de UBS
- 16.3-Const. Ampliação, Reforma, adequação e Aparelhamento de Postos de Saúde
- 16.4-Implantação do HORUS
- 16.5-Promover Ajuda de Custo aos Médicos do Programa Mais Médicos
- 16.6-Manutenção do NASF
- 16.7-Implantação do Centro de Regulação Municipal
- 16.8-Construção do centro de Atenção Psicossocial e Unidade de Acolhimento
- 16.9-Construção do Polo da Academia de Saúde
- 16.10-Manutenção do Programa de Atenção Básica –PAB FIXO
- 16.11-Manutenção do Programa Saúde Bucal
- 16.12-Manutenção do Programa Saúde da Família
- 16.13-Prevenção do Câncer Uterino-PCCU
- 16.14-Manut.do Programa Agentes Comunit.de Saúde-PACS



- 16.15-Manut.da Compens.de Especif. Regionais
- 16.16-Manut do PAB-Estadual
- 16.17-Manutenção do CAPS
- 16.18-Manut.do Programa de Assistência Farmacêutica Básica
- 16.19-Aquisição de Equipamentos, Médico, Odontológico e Hospitalar
- 16.20-Reforma e Ampliação do centro de Saúde
- 16.21-Aquisição de Veículos e Ambulâncias
- 16.22-Assistencia Hospitalar e Ambulatorial de Média e Alta Complexidade
- 16.23-Manutenção do SAMU
- 16.24-Implantação do Laboratório de Prótese Dentária- LPPR
- 16.25-Implantação do CAF
- 16.26-Manutenção do Programa de Vigilância sanitária
- 16.27-Manut do Programa de Vigilância em Saúde (ex ECD)
- 16.28-Manut.do programa de Vigilância Alimentar e Nutricional